

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	1
1.1 A efetivação da arbitragem em matéria tributária como mecanismo paradigmático para racionalização do contencioso fiscal e a consequente promoção do desenvolvimento econômico.....	1
1.2 Os problemas a enfrentar neste trabalho.....	2
1.3 A metodologia aplicada .....	4
1.4 As teses postas .....	5
1.5 Organização do trabalho .....	9
<b>2. A Ineficiência Estatal na Solução dos Conflitos entre Estado e Contribuinte</b> .....	11
2.1 Aspectos gerais sobre a relação jurídica tributária e o surgimento dos conflitos de natureza fiscal .....	11
2.2 A alta litigiosidade estatal no Brasil e o aumento progressivo da taxa de congestionamento do Poder Judiciário: a crise estrutural do Poder Judiciário .....	14
2.3 A necessária busca por mecanismos adequados de resolução de conflitos a partir da crise dos métodos tradicionais .....	18
2.4 Panorama dos processos judiciais em matéria tributária .....	24
2.5 O processo tributário e a ineficácia na cobrança de tributos: aumento do estoque fiscal .....	25
2.5.1 O protesto de Certidão de Dívida Ativa, a nova “execução” administrativa e os impactos sobre a recuperação do estoque fiscal .....	28
<b>3. Arbitragem e Direito Tributário: Aspectos Gerais Sobre a Arbitragem e a Solução de Conflitos de Natureza Fiscal</b> .....	45
3.1 Aspectos propedêuticos sobre a arbitragem .....	45
3.2 A evolução histórica do instituto da arbitragem, a inafastabilidade do controle jurisdicional e a regulamentação no Brasil.....	50
3.3 A arbitragem na Administração Pública .....	57
3.4 Arbitragem e Direito Tributário: ética de meios e fins no Direito Tributário e a busca pela justiça fiscal.....	61

3.5 Modernização estatal como premissa para efetivação do princípio da eficiência: o papel da arbitragem tributária nesse contexto.....	65
<b>4. A Utilização da Arbitragem para Solução de Controvérsias</b>	
<b>Tributárias e a Necessária Releitura da Concepção de Interesse Público.....</b>	<b>71</b>
4.1 A arbitragem a partir da ideia de interesse público.....	71
4.1.1 Ruptura do paradigma da indisponibilidade do interesse público.....	72
4.2 Análise da relação jurídica tributária como premissa para utilização da arbitragem .....	75
4.3 A implementação da arbitragem tributária no ordenamento jurídico brasileiro .....	79
4.3.1 Interpretação sobre a (in) disponibilidade do crédito tributário e a renúncia à jurisdição estatal .....	84
4.3.1.1 A necessária regulamentação legislativa .....	92
4.3.2 Câmara de Arbitragem da Administração Pública federal.....	95
4.4 Aspectos processuais e procedimentais da arbitragem e os reflexos na seara fiscal .....	97
4.4.1 Marco temporal para instauração da arbitragem tributária: o crédito tributário .....	101
4.4.2 Convenção de arbitragem, indicação de árbitros e alguns outros aspectos do processo arbitral aplicados à arbitragem tributária.....	103
<b>5. A Implementação da Arbitragem Tributária no Brasil como Mecanismo de Efetivação do Desenvolvimento Econômico Nacional .....</b>	<b>109</b>
5.1 Arbitragem tributária e desenvolvimento .....	109
5.2 A arbitragem tributária no direito alienígena como parâmetro de superação de crises econômicas .....	117
5.2.1 A arbitragem tributária no direito português.....	120
5.3. A recuperação do estoque tributário e a superação da crise fiscal: foco na recuperação econômica do país.....	134
5.4 Outros meios alternativos de solução de controvérsias tributárias: aspectos gerais sobre transação e mediação .....	138

5.5. Preservação e consolidação de direitos e conquistas sociais em um cenário de crise de arrecadação e ineficiência da gestão pública estatal: ruptura com a situação atual .....	143
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>153</b>
<b>Referências .....</b>	<b>159</b>
<b>Anexo I – Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/96) .....</b>	<b>179</b>
<b>Anexo II – Decreto-Lei n.º 10, de 20 de Janeiro de 2011 (Regulamento da Arbitragem Tributária em Portugal) .....</b>	<b>193</b>